

A mitologia africana em sala de aula

Relato de experiência
com uma turma de 3o ano no Ensino Fundamental

Autora: Thamara Figueiredo

Rio de Janeiro

2017

Introdução

Mais de uma década após a criação e a assinatura pelo presidente Lula da lei 10.639/2003, que versa acerca do ensino de História da África e Cultura Afrobrasileira nas escolas de ensino básico no Brasil, e ainda há muito o que se deve fazer.

A lei 10.639 foi um grande marco para os movimentos sociais que combatem o racismo e a discriminação. Depois de muitas décadas de luta do Movimento Negro, e outros movimentos sociais na busca por maior igualdade, contar com leis e políticas afirmativas significa o reconhecimento de que a escola é um espaço imprescindível de formação de cidadãos e que ela tem um papel fundamental para a valorização e disseminação das matrizes culturais brasileiras que fazem o Brasil um país tão múltiplo.

Sabe-se que a abolição da escravatura no Brasil não trouxe a tão sonhada e buscada liberdade para o povo negro e de origem africana. Na verdade, hoje é possível perceber que o plano de manter essa população à margem da sociedade foi muito bem sucedido, mesmo que tenham se tornado “cidadãos livres”. Isso tudo graças a muitos mecanismos políticos estruturais que fizeram o papel de evitar que as pessoas ex-escravizadas e seus descendentes tivessem como sair do seu lugar de subordinação e invisibilidade.

É importante refletir acerca do desenvolvimento da Educação no Brasil, de maneira a entender como esse processo se deu. O modelo de civilização moderna deu-se de forma peculiar por aqui. O lusitano que chegou misturou-se ao povo que aqui já habitava, criando uma população que não era nem bem cartesiana e científica, nem bem nativa e indígena. Mesmo considerando sua formação violenta e sanguinária, estabeleceu-se uma fusão de culturas, onde o branco se viu mais livre dos padrões europeus e os indígenas utilizavam as benesses trazidas por eles. Diante desse povo misturado, que não se enquadrava ao Estado português, é que o pensamento iluminista auxiliou trazendo os africanos e justificando sua escravização e maus tratos a partir da ideia de que eram povos “menores”, fora do ideal de razão. Eram não-civilizados. Então, com a presença dos negros escravizados, a sociedade brasileira, apesar de colonizada, firmou-se seguindo o modelo das européias: no centro os cidadãos à serviço da coroa, entendidos como brancos e, à margem, todos os outros sujeitos: indígenas, negros, mestiços. Essa divisão, centro - margem, ainda existe no Brasil dos nossos dias, embora com características específicas da contemporaneidade.

Assim, podemos perceber que a cultura brasileira sempre foi subalterna à europeia-branca, porém, a educação formal no Brasil constituiu-se de maneira diferente. Aqui, a educação se deu com a finalidade de disfarçar essa identidade difusa e misturada, e a escolarização foi negada à população à margem, visto que se entendia que esta não possuía a mesma racionalidade. Educá-los seria um despropósito.

Com o passar do tempo, no Brasil pós-abolição, a luta do povo negro precisou ir se modificando de acordo com o contexto. Se, antes de 1888, essa população iniciou sua luta através de quilombos, fugas, abortos e afins, depois disso, foi preciso entender que havia “liberdade”, mas não equidade ou justiça, que seriam motivações para a resistência na república. Dentre as formas de luta do movimento negro, encontra-se a reivindicação pela educação, como forma de inserção e ascensão econômica e social. Segundo Nilma Lino Gomes:

"A educação não é a solução de todos os males, porém, ocupa um lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre “os Outros”, contribui na formação de quadros intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros.” (GOMES, Dilma Lino. Diversidade Étnico-racial, Inclusão e Equidade na Educação Brasileira: Desafios, Políticas E Práticas. p. 04.)

Dessa forma, posicionou-se o Movimento Negro desde o princípio em sua luta para que a questão racial fosse entendida como parte da estrutura de exclusão, opressão e exploração do povo brasileiro, tendo em vista a relação de desigualdade econômica e social existente no Brasil, que coloca na base da pirâmide a população negra e mestiça. Com a redemocratização a partir da década de 1980, o direito a educação, seguindo o ideal republicano brasileiro, foi universalizado, sem, no entanto, levar em conta as relações étnico-raciais, de maneira que continuou reproduzindo um quadro de exclusão da população negra. Diante dessa realidade, houve o surgimento de questionamentos quanto a falta do ensino de conteúdos voltados para a temática de África e racial, assim como aos materiais pedagógicos que ainda retratavam o negro num papel subalterno e concentrava-se a branquitude como o “padrão natural”, mantendo a escola como mera reprodutora de racismo e desigualdade. É nesse contexto que, no final dos anos 90, as demandas por ações afirmativas concretas começam a tomar formas mais visíveis com a finalidade de garantir o direito à educação básica e superior como instrumento de assegurar a diversidade étnico-racial.

Todavia, somente nos anos 2000 o governo brasileiro incluiu oficialmente em sua agenda a resposta às demandas de uma grande parcela da população, buscando garantir-lhe, por meio de ações afirmativas e de legislação, acesso, permanência e inclusão no sistema de ensino. Contudo, é preciso destacar que a implementação dessa legislação ainda se fez de forma inadequada, uma vez que a lei não estabeleceu metas, mudanças curriculares nas universidades ou mesmo a qualificação de professores e professoras do ensino fundamental e médio. Ou seja, de uma maneira indireta, a lei coloca a responsabilidade exclusivamente sobre educadores e educadoras, dependendo, dessa forma, de seus próprios esforços e boa vontade para que isso se torne realidade nas salas de aula.

Dessa forma, o professor e a professora precisa se esforçar muito, estudar e criar o tempo todo novas possibilidades pedagógicas a fim de cumprir a lei e o seu “chamado” à formação cidadã e à luta pela igualdade e democracia no nosso país.

Foi nesse contexto que me vi, como educadora, negra, numa escola pública, diante de um currículo que não contemplava as múltiplas culturas das crianças e da comunidade escolar como um todo. Uma escola que, embora pública, ainda atende a um corpo discente de maioria branca oriundo da classe média carioca, também composta por servidores que falam desse mesmo lugar. Dessa forma, mesmo após tanto tempo do surgimento da lei 10.639 e tanto mais da luta antirracista, era (e ainda é) preciso estudar, debater e criar novas maneiras de ensinar, as quais tirem o foco do centro branco-europeu e concentrem-se em outras matrizes e culturas.

Infelizmente, uma mudança mais ampla deverá tomar tempo e energia, porém, como professora regente, pude trazer para meus alunos e para minha equipe uma proposta diferente daquelas às quais estão habituados, na qual houvesse outro ponto de partida para o aprendizado, a leitura e a estética.

Metodologia

Esta proposta de atividade foi criada para ser realizada com uma turma de 3o ano do primeiro segmento do ensino fundamental no âmbito da Língua Portuguesa. O colégio tem por prática trabalhar esta disciplina a partir de gêneros textuais e, deles, busca fazer atividades que envolvem leitura, interpretação, gramática e produção textual.

A cada série de escolaridade são eleitos alguns gêneros para serem trabalhados. O 3o ano, geralmente, inicia o ano letivo aprendendo acerca de lendas e fazendo uso desses textos para atividades de Língua Portuguesa. Em geral, a equipe escolhe lendas dos povos indígenas brasileiros, ou até mesmo lendas de outros povos, como europeus e orientais.

Por esse motivo, considerando o contexto de Rio de Janeiro, onde 48% da população se auto declara negra (entre pretos e pardos), segundo o IBGE, é de suma importância que as atividades pedagógicas realizadas em sala de aula se apropriem da legislação vigente e disponibilizem para as crianças e toda a comunidade escolar conhecimentos da cultura afro-brasileira. Assim, foi escolhida a Lenda de Oxumaré para que as crianças pudessem ter acesso a outra cosmovisão.

A turma com a qual esse trabalho foi desenvolvido era composta por 25 alunos, sendo 12 meninas e 13 meninos. Muito embora seja uma escola pública, a instituição, muito tradicional no Rio de Janeiro, atende, em sua maioria, alunos brancos e advindos de bairros de classe média. Logo, nesta turma, apenas em torno de 5 ou 6 alunos eram negros. Além da situação de minoria quantitativa, no ano de anterior, houve casos de discriminação racial praticada por alunos contra

uma menina negra, que alertaram a equipe da época de que era necessário que trouxéssemos as questões raciais para vários planos da escola.

Trazer as questões étnicorraciais para as salas de aula ainda representa forte luta no Brasil, mesmo em se tratando de escolas onde docentes tem um alto grau de autonomia, pois o entendimento de “democracia racial”, mesmo que mito, permanece arraigado no imaginário do brasileiro. Então a escolha de trabalhar com uma lenda africana passou por determinados debates com a equipe, especialmente em se tratando de preconceito religioso. Trabalhar com a mitologia africana é um passo importante para que as crianças tenham um repertório, ainda que básico, a partir do qual possam aprender a respeitar os colegas e outras pessoas negras e possam, ainda, desconstruir esteriótipos do senso comum que entendem como diminuto tudo aquilo que é proveniente de África.

Ultrapassadas estas barreiras, uma experiência muito interessante e bonita foi vivida por todos nós, alunos e professora, que estivemos envolvidos com essa lenda durante algum tempo.

Sendo assim, a proposta de trabalho se dividia da seguinte maneira:

1o) Conversa acerca de lendas já conhecidas pelas crianças e de suas origens.

Em um primeiro momento, as crianças foram estimuladas a falar as coisas que já conheciam acerca do gênero textual e a mencionar ou contar as lendas que já conheciam. Esse momento foi bastante importante pois muitas crianças confundem lendas com mitos do folclore brasileiro, então, algumas trouxeram ideias como saci e mula-sem-cabeça, onde foi possível fazermos uma diferenciação entre gênero textual que seria trabalhado e o uso do termo “lenda” informalmente.

2o) Leitura coletiva de uma versão da lenda do Oxumaré.

Cada um dos alunos recebeu uma cópia do texto. Num primeiro momento as crianças tiveram algum tempo para ler o texto e se familiarizarem com ele. Depois, fizemos uma leitura coletiva, onde cada um pôde ler um trecho, mesmo eu fiz a minha leitura. É importante ressaltar que tínhamos por prática ler em conjunto e muitas crianças gostam bastante de dar sua contribuição para este momento e, em geral, as que lêem são aquelas que se voluntariam.

As crianças são orientadas a sublinhar palavras que não conheçam e depois procurá-las no dicionário. Alguns momentos, ainda, o significado da palavra é debatido com o grupo.

3o) Interpretação e debate sobre o o texto.

Após a leitura, começamos a pensar juntos sobre a lenda recém conhecida. A interpretação é feita, de início, oralmente, com muitas crianças mencionando coisas que acharam interessantes no texto, trazendo suas opiniões e questionando o que acham necessário.

Essa parte da proposta é muito importante pois as crianças conseguem trocar umas com as outras impressões que tiveram do enredo e das personagens e trazem também seu repertório de conhecimento de mundo. Nesse momento os alunos se atentam, também, para questões objetivas do

texto como local onde se passa a história, aparência das personagens e muitos elementos que a narrativa carrega, como personalidades, atos e ideias.

4o) Realização de atividades de sistematização de interpretação.

Seguindo o padrão que a escola estabelece, a turma realiza uma atividade sistematizada de interpretação de texto, onde será possível observar as características do gênero textual, dentre outras questões. A turma, inclusive, já estava mais ou menos habituada a esse tipo de proposta, o que a deixou bastante confortável para fazer suas inferências e dar suas opiniões acerca do que foi lido.

As atividades sistematizadas de interpretação são, de certa forma, bastante difíceis se formos comparar com aquelas que são apresentadas pelo livro do PNLN, o qual foi adotado pela escola. Os livros disponibilizados pelo governo federal, por diversas vezes, não contemplam os conteúdos programados pelo currículo do colégio para cada série de escolarização.

5o) Recontagem e ilustração em grupo da lenda.

Essa atividade de recontagem foi proposta em um outra aula de Língua Portuguesa. Na verdade, o trabalho com a Lenda do Oxumaré durou algumas semanas com a turma, a fim de que fosse possível que os alunos interiorizassem as questões relativas aos texto e, ainda, ficassem a vontade com uma temática e cultura diferente daquela com a qual estão acostumados.

Assim, depois de termos lido, debatido e realizado a interpretação formal do texto, os alunos foram convidados a fazer uma recontagem dessa lenda e sua ilustração. Essa parte da proposta foi realizada em grupos.

Após recontarmos coletiva e oralmente a história, fizemos um esquema no qual os alunos iam apontando as partes da narrativa e a professora, como escriba, registrou cada uma delas no quadro branco. Era importante que a crianças percebessem todas as partes contidas na narrativa: início, meio e fim. E, dentro dessas, os acontecimentos e nuances que aparecem no enredo.

Uma vez "dividida" a narrativa, as crianças se organizaram em grupos de 5. Cada grupo ficou responsável por contar uma parte da lenda e, também, ilustrá-la. O trabalho de produção textual, em uma turma de 3o ano do 1o segmento do ensino fundamental pode ser uma momento cansativo e, até mesmo, doloroso, para muitas crianças. Embora alfabetizadas, as crianças ainda não costumam dominar todas as questões envolvidas na elaboração de um texto e suas complexidades trazem grande desafio para elas. Na produção textual em grupo não é diferente. Embora os alunos tenham uns aos outros para trocar ideias e informações acerca da escrita, eles precisam lidar com as diferenças que surgem de sujeitos, ideias e modo de pensamento. Assim, foi preciso disponibilizar bastante tempo para a realização desse momento da proposta.

As crianças dessa turma realizaram lindamente essa produção textual coletiva. Elas conseguiram lidar com suas diferenças e conflitos, organizaram-se de modo que pudessem escrever e ilustrar, e todos do grupo puderam dar suas contribuições.

6o) Confeção de um mural da turma.

Quando todos os grupos finalizaram sua parte da recontagem, tiveram a oportunidade de mostrar para toda a turma sua ilustração e fazer a leitura da parte com a qual contribuiriam para a construção do mural da sala. As crianças mostraram-se satisfeitas em apresentar aos colegas seus trabalhos e ilustrações e ainda em vê-los sendo exibidos como algo do qual nos orgulhamos coletivamente.

Cuidar para que os trabalhos das crianças fossem colocados numa exposição no mural foi bastante importante para valorizar a produção deles e também para que as outras pessoas da escola (crianças e adultos) tivessem oportunidade de conhecerem narrativas diferentes oriundas de uma cultura que é uma das matrizes brasileiras, mas sempre posta à margem.

Discussão

Trazer outros tipos de literatura para escola, que vão além daquelas que expõem uma lógica branca e européia para as salas de aula tem uma importância tremendentemente positiva para os sujeitos envolvidos nas atividades e nos trabalhos. A Lenda de Oxumaré, que trata do surgimento do arco-íris, com todas as suas nuances, levou as crianças do 3o ano a diversas reflexões.

Logo após a primeira leitura, as crianças começaram a pensar onde se passava a história. A maioria delas não tinha muita ideia de onde ficava o continente africano. Ao trabalharmos a localização à qual o texto se refere, os alunos começaram a especular acerca da aparência das pessoas do norte da África e se deram conta de que Oxumaré, descrito como extremamente belo, seria negro. Essa descoberta é imprescindível em se tratando de uma escola onde a maior parte das crianças são brancas, logo, as negras, de modo geral não são consideradas belas.

Outra coisa que chamou atenção dos alunos foi saber que o Egito fica na África e que seus nativos também seriam negros. Naquela época, muitos assistiam a novela da tv Record, que se passava no tempo do Egito Antigo e ficaram chocados ao perceberem que os atores brancos não "combinavam" com a realidade.

O trabalho com o texto gerou, ainda, dúvidas e conversas acerca da religiosidade de matriz africana. Muitas crianças diziam ser católicas ou evangélicas, e mesmo as que não seguem nenhum tipo de religião institucionalizada já traziam consigo falas carregadas de preconceito, nas quais referiam-se às práticas como "macumba". Esse ponto foi especialmente importante pois as crianças puderam expor suas ideias e ainda repensarem um pouco sobre o racismo que é materializado na forma de intolerância religiosa.

Um episódio muito marcante acerca das questões religiosas aconteceu após essa discussão quando uma menina decidiu contar-me em segredo que ela era da uma "religião diferente". Conversamos um pouco, mas ela demonstrava certa vergonha/medo de contar para os colegas que

era umbandista. No entanto, com o decorrer das atividades, ela trouxe algumas informações sobre Oxumaré para compartilhar com a turma e, atualmente, mais ou menos um ano depois, sente-se muito à vontade para falar sobre sua religião na escola e se coloca de maneira firme contrária quando alguém traz uma fala preconceituosa para nosso meio.

Deste modo, fica evidente o quanto a escola precisa ser um espaço onde possamos tirar determinadas práticas, culturas e sujeitos da invisibilidade.

Como sabemos que a escola é uma comunidade, não são apenas as crianças que são afeadas pelas questões etnicorraciais. Ao buscar um outro olhar para o trabalho com lendas, as professoras da equipe tiveram oportunidade conhecer novos textos e experimentar o impacto que eles podem trazer no dia a dia da sala de aula. E eu mesma, como docente, pude desafiar-me a afrocentrar meu pensamento pedagógico.

Conclusão

A abordagem de temáticas africanas e afrobrasileiras em sala de aula e outras ocasiões do espaço escolar é extremamente importante em nosso país, onde ainda persistem índices alarmantes que evidenciam a desigualdade vivida por uma população que é, em sua maioria, negra. Importa lembrar que, como instituição, a escola, infelizmente ainda é atravessada pelo racismo e dotada de poder para propagá-lo ou para lutar contra ele. Logo, diante de uma legislação que, embora bem intencionada, apresenta-se incompleta, cabe às educadoras e educadores e aos agentes escolares a realização de ações antirracistas.

O trabalho em sala de aula com a Lenda do Oxumaré mostrou-se essencial para que as crianças tivessem contato com outras narrativas e estéticas e, assim, pudessem ter a oportunidade de construir uma nova forma de pensar e de desenvolver afetos e leitura de mundo. Infelizmente, como docentes, lidamos com impedimentos e cobranças que, por vezes, estão além das nossas forças pedagógicas e institucionais, no entanto, é possível buscar saídas dentro das escolas onde cada um atua.

Uma vez que a educação republicana cuja bandeira levantamos é universal e laica, podemos, cada vez mais, tornar a escola um lugar onde a criança negra (e de outras origens) sinta-se segura, consiga identificar-se como pertencente e, ainda, receba a educação a qual tem direito, para que criemos um futuro menos desigual.